



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI, DO EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ADI 7.353/DF

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI, entidade sindical de grau superior representativa da indústria brasileira, inscrita no CNPJ sob o nº 33.665.126/0001-34, com sede no SBN, Quadra 1, Bloco C, Edifício Roberto Simonsen, Brasília/DF, representada por seus advogados (DOCS. 1 a 3), vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com suporte nos arts. 7º, § 2º, da Lei nº 9.868/99, e 21, inciso XVIII, e 131, § 3º, ambos do Regimento Interno desse Pretório Excelso, **requerer a sua admissão no feito na qualidade de amicus curiae**, conforme razões que passa a expor.

I OBJETO DA AÇÃO DE CONTROLE CONCENTRADO

1. Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Progressistas – PP, e pelo Republicanos, em face da Medida Provisória nº 1.160/2023¹, os quais reintroduziram a regra do voto de qualidade em favor do Fisco em processo administrativo fiscal (PAF) julgado no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, e dispôs sobre a conformidade tributária no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e o contencioso administrativo fiscal de baixa complexidade.

¹ “Art. 1º Na hipótese de empate na votação no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o resultado do julgamento será proclamado na forma do disposto no § 9º do art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

(...)

Art. 5º Fica revogado o art. 19-E da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.”



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

2. Na petição inicial, as Autoras sustentam que o veículo normativo de prerrogativa presidencial em questão: i) não atende aos pressupostos constitucionais formais (relevância e urgência) para sua edição, o que afrontou o previsto no *caput* do art. 62 da Constituição Federal; e ii) ao restaurar a sistemática de julgamento prevista antes da Lei nº 13.988/2020 e dispor que, no caso de empate nos julgamentos dos processos administrativos fiscais realizados pelos órgãos judicantes do CARF, deveria ser aplicado o art. 25, § 9º, do Decreto nº 70.235/72, incorreu em violação aos arts. 1º, *caput*, 2º, 5º, *caput* e incisos XXXIV, LIV, LV e LVII, 60, § 4º, inciso III, 62, § 1º, inciso I, alínea “b”, e 146, inciso II, todos da Carta da República.

3. Diante da existência dos elementos autorizativos, as Autoras requereram a concessão de medida cautelar para suspender a aplicação dos dispositivos impugnados, até que haja manifestação do Pleno desse Pretório Excelso sobre a matéria.

4. Diante da especial repercussão da temática no seu âmbito de representação, vem a Requerente solicitar seu ingresso no feito para contribuir com essa Colenda Suprema Corte.

II LEGITIMIDADE DA ENTIDADE. PERTINÊNCIA TEMÁTICA E INTERESSE DA ENTIDADE. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PARA O INGRESSO NO FEITO COMO *AMICUS CURIAE*

5. Diante da relevância da matéria e da representatividade do postulante, a Lei nº 9.868/99 (art. 7, § 2º) e o Regimento Interno dessa Suprema Corte (arts. 21, inciso XVIII, e 131, § 3º) admitem o ingresso do chamado *amicus curiae* mediante decisão do Ministro Relator.

6. No tocante à representatividade da ora Requerente, não parece necessário tecer grandes considerações. **Trata-se de entidade que exerce a adequada representação do setor secundário da economia como categoria econômica**, inclusive para questões judiciais, uma vez que congrega todas as federações industriais nos Estados. É legitimada, ainda, à propositura de ações de controle de concentrado de constitucionalidade, tendo destacada atuação na defesa da ordem jurídica tributária, como já reconhecido, entre outras oportunidades, no julgamento das ADIs 5.635 e 4.787.



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

7. Trata-se, vale frisar, da entidade máxima do sistema sindical patronal da indústria e que, desde a sua fundação, em 1938, defende os interesses da indústria nacional, bem como atua na articulação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de diversas entidades e organismos no Brasil e no exterior. O setor representado pela ora Requerente abrange aproximadamente 700 mil indústrias.

8. Conforme dados atualizados até janeiro de 2023², **a indústria brasileira responde por substanciosos 23,6% do PIB do Brasil**, 21,2% do emprego formal do país (10,3 milhões de trabalhadores), 71,8% das exportações de bens e serviços, 66,4% da pesquisa no setor privado e **por 34,4% da arrecadação dos tributos federais (exceto receitas previdenciárias, que equivalem a 29,7%)**.

9. A cada R\$ 1,00 produzido na indústria, são gerados R\$ 2,44 na economia, de forma que a indústria contribui com 1,79 trilhão na economia brasileira, representando assim setor econômico que configura autêntico motor da economia nacional.

10. A matéria discutida guarda, por sua vez, relevância para **os contribuintes industriais** e estreita vinculação aos princípios estatutários da CNI, que, nos exatos termos de seu Estatuto, tem como seus objetivos, dentre outros, “*representar, defender e coordenar os interesses gerais da indústria*” e “*defender a livre iniciativa, a livre concorrência, a propriedade privada e o estado democrático de direito, tendo em conta a valorização do trabalho, a justiça social e o meio ambiente*”; e como uma de suas prerrogativas “*defender, coordenar e representar, no âmbito nacional, os interesses da indústria perante todas as instâncias, públicas e privadas*”³.

11. No caso específico, o funcionamento do processo administrativo tributário federal é de inegável relevo para toda a indústria, como se verifica:

- i) da participação da CNI na discussão travada nas ADI's 6.399, 6.403 e 6.415, referente à constitucionalidade da regra de julgamento inserida

² Disponível em: <<https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/#/industria-total>>. Acesso em 07/02/2023, às 10h43.

³ Estatuto da CNI, arts. 3º, incisos I e II, e 4º, inciso I.



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

pela Lei nº 13.988/2020 (fim do voto de qualidade pró-fisco e resolução em favor do contribuinte no caso de empate no julgamento em PAF);

- ii) de notícias que são veiculadas em meios de comunicação⁴, as quais revelam os significativos impactos econômicos de casos que envolvem empresas do segmento industrial e foram pautados para julgamento, em sessão ordinária da 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do CARF (**doc. em anexo**), logo após a edição da Medida Provisória nº 1.160/2023.

12. Quanto ao momento processual para ingresso, a jurisprudência deste egrégio Supremo Tribunal Federal usualmente admite que o *amicus curiae* possa pleitear a intervenção até a data de liberação do processo para pauta. Dentre outros: ADI 4.071-AgR, Rel. Min. Menezes Direito, julgamento em 22-4-2009, Plenário, DJE de 16-10-2009.

13. Ao considerar-se que o presente feito se encontra em estágio processual anterior, ainda no princípio de sua tramitação, revela-se plenamente cabível o presente pedido de ingresso, **para que seja a CNI autorizada a aportar a sua contribuição como colaboradora da Corte e também para que possa proferir sustentação oral no julgamento de mérito.**

14. Portanto, respeitosamente, a CNI preenche os requisitos para pleitear o ingresso como *amicus curiae* nessa ação de controle concentrado, providência que postula no requerimento formulado ao final.

15. Por fim, como das matérias jornalísticas mencionadas se constata que houve a confirmação do temor das empresas do setor industrial, no sentido de reversão imediata e consequente não aplicação de entendimentos jurisprudenciais até então favoráveis aos contribuintes, reforça a Requerente a **necessidade de concessão da medida cautelar pleiteada na inicial da ação direta.**

⁴ Conferir: <<https://inteligenciafinanceira.com.br/saiba/empresas/carf-r-54-bi-lucros-externo-petrobras-petr3-petr4/>>; <<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2023/02/02/contribuintes-perdem-teses-bilionarias-no-carf-com-volta-do-voto-de-qualidade.ghtml>>; <<https://www.jota.info/tributos-e-empresas/tributario/carf-mantem-cobranca-de-r-57-bi-da-petrobras-aplicando-o-voto-de-qualidade-02022023>> e <<https://www.jota.info/tributos-e-empresas/tributario/por-voto-de-qualidade-carf-mantem-trava-de-30-06022023>>. Acessos em 06/02/2023, às 11h47.



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

III DOS PEDIDOS

16. Ante todo o exposto, requer a CNI:
- a) sua **admissão como *amicus curiae***, diante da demonstração da relevância temática e da sua representatividade, garantido o direito de, oportunamente, apresentar memoriais colaborativos e de realizar sustentação oral de suas razões, para que possa contribuir plenamente para o julgamento da presente ação direta;
 - b) o **deferimento da medida cautelar** pleiteada pelas Autoras na petição inicial da ação direta, para suspender a eficácia dos dispositivos vergastados, nos moldes previstos nos arts. 10 e 11 da Lei nº 9.868/99, de forma a aplicar a regra anterior de julgamento que era estabelecida pelo art. 19-E da Lei nº 10.522/2002; e
 - c) que as futuras publicações e intimações referentes ao presente feito ocorram pelo e-mail “cborges@sesicni.com.br”, se realizadas por endereço eletrônico, ou, ainda, em nome do patrono **CASSIO AUGUSTO BORGES**, inscrito na **OAB/RJ 91.152 e OAB/DF 20.016-A**, se realizadas por painel eletrônico ou via diário de justiça, sob pena de nulidade, nos termos do artigo 272, §§ 2º e 5º, do CPC.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília (DF), 7 de fevereiro de 2023.

CASSIO AUGUSTO BORGES
OAB/RJ 91.152 e OAB/DF 20.016-A

ALEXANDRE VITORINO SILVA
OAB/DF 15.774

MARCOS ABREU TORRES
OAB/BA 19.668

PEDRO HENRIQUE BRAZ SIQUEIRA
OAB/DF 37.996